BRI0001: Temas e Prática em Relações Internacionais

Aluna: Clara Almeida Ramos Caiado

Curso: Direito/FDUSP

NºUSP: 10355610

Ensaio (04/10)

O curso de Temas e Prática em Relações Internacionais teve como sua primeira palestra, aquela sobre “O Brasil no Futuro do Mundo”, ministrada pelo Professor Jacques Marcovitch. Tendo como base não apenas a exposição do professor, como também o texto de sua autoria, “Como salvar a política?”, é necessário destacar alguns pontos pertinentes.

Por meio de conceitos analisados, como por exemplo, “governança”, “tendências” e “riscos”, e por meio de uma análise crítica do atual cenário brasileiro, pôde-se concluir que a modernidade tem contado com um desencanto social pela democracia. Diante desse novo contexto, em que a mídia tem papel imprescindível, é fundamental fomentar a construção de novas práticas políticas, em um ambiente que favoreça o surgimento de lideranças, que tenham em vista as tendências mundiais, bem como os riscos econômicos, ambientais, geopolíticos e ambientais que devem ser enfrentados.

O papel da mídia é trabalhado de maneira exímia no texto do professor Marcovitch, de maneira que o autor destaca o poder dessa mídia sobre o público receptor. Algumas “fake news” são disseminadas rapidamente, gerando “verdades” questionáveis. Vivemos em um contexto em que verdades momentâneas geram decisões, muitas vezes, duradouras. Seria imprescindível, pois, repensar o jornalismo, fortalecendo a liberdade de expressão e a independência da TV pública no Brasil, pensando sempre em incentivar um jornalismo construtivo.

Sobre o conceito de “risco”, que é a possibilidade de ocorrer um acontecimento futuro, é importante lembrar que diversos riscos são inerentes à contemporaneidade. Existem riscos econômicos, que envolvem a crise de confiança entre lideranças; os riscos geopolíticos, que abarcam situações como o terrorismo e o radicalismo religioso; os riscos tecnológicos; e os riscos ambientais, relativos à escassez absoluta de recursos imprescindíveis à sobrevivência humana.

Para construir o futuro para o Brasil, faz-se mister que exista uma consciência disseminada dos diversos riscos que a contemporaneidade nos traz. Ademais, exige-se um Estado estratégico, que esteja a par de todos os riscos e tendências, e que fomente a capacidade de inovação. Um contínuo reposicionamento das organizações também é um importante ingrediente para um futuro melhor.

As “Origens e Características das Organizações Internacionais” foi o cerne da discussão da segunda palestra, ministrada por Pedro Dallari. Tanto o discurso do professor Dallari, como o texto de Mônica Herz e Andrea Hoffmann destacam que as organizações internacionais são, atualmente, parte central da política internacional, sendo ferramentas fundamentais do mundo globalizado.

Existem fenômenos que fomentaram a criação dessas importantes ferramentas para a contemporaneidade. Vivemos em tempos em que há intensa interatividade internacional, isto é, o contato com diversas pessoas de diferentes lugares do mundo se tornou algo frequente, graças à globalização. Ademais, vale ressaltar a integração internacional, que seria a formação de grupos que se abdicam de certas competências, para transferi-las para espaços em que se tem regras específicas de condutas sociais. Uma análise crítica, contudo, revela que o Brexit, fenômeno extremamente recente, de 2017, vem na contramão dessa suposta integração. Isto porque, na ordem política existe uma tendência à fragmentação.

Uma lógica de globalização e de integração internacional engendra uma demanda por regras que regulem comportamentos de maneira universal, bem como políticas públicas que enfrentem problemas de maneira uniforme. As autoras Mônica Herz e Andrea Hoffmann afirmam que as organizações internacionais são “a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional.”, e que têm caráter permanente.

É importante destacar, ainda, que as organizações podem ser classificadas de diferentes formas, já que existem diferenças essenciais entre elas. As organizações internacionais em sentido estrito são construídas pelos próprios países, que as criam como uma espécie de extensão de si mesmos, sendo a internacionalidade uma característica de sua personalidade jurídica. Já as organizações não governamentais internacionais são explicadas por Herz e Hoffmann como sendo privadas e voluntárias, compostas por membros individuais e coletivos de diversos países. Um louvável exemplo seria o Greenpeace. Por fim, vale citar o grupo das empresas multinacionais, que é um grupo societário, composto por várias empresas, que atua como um único ente, tendo sua estrutura distribuída por diferentes países.

Para finalizar, é imprescindível lembrar que as organizações internacionais estão em constante transformação, uma vez que tais organizações refletem o contexto em que operam. Observa-se, diariamente, mudanças no âmbito internacional que modificam, drasticamente, o contexto. Mudanças sociais, políticas, ambientais, tecnológicas são aquelas com as quais as organizações devem lidar, construindo uma consciência crítica para uma governança global eficiente, que seja composta por normas, leis, mecanismos para a resolução de disputas, ajuda humanitária e programas para assistência ao desenvolvimento.

A palestra ministrada pelo professor Carlos Eduardo Lins da Silva, por sua vez, teve como objetivo justamente debater um pouco sobre esses diversos tipos de mudanças cotidianas com as quais o contexto internacional lida. Falar de geopolítica é analisar, parcimoniosamente, transformações. É tentar compreender fenômenos, explicar e antecipar o que está acontecendo no presente. Os textos que tivemos como base fomentam o questionamento acerca de questões atuais que suscitam mudanças significativas: como poderia ser interpretada a eleição de Donald Trump, e a atuação dos BRICS no século XXI.

Sobre Trump, o artigo do New York Times, de autoria de Max Fisher, afirma que Trump tem um posicionamento desconfiado de todos os acordos, e trata aliados como concorrentes, estabelecendo perpétuas lutas diplomáticas. Diante dessa “desconfiança”, é importante ressaltar que os EUA têm deixado várias organizações multilaterais, o que causa uma desestabilização significativa dessas organizações. Além disso, ao tratar aliados como concorrentes, os antigos concorrentes dos EUA acabam buscando novos aliados, fazendo com que diversas novas relações se estabeleçam.

Interpretar o significado dessas ações extremamente recentes no próprio presente é uma árdua tarefa. Isso porque as ameaças de Trump suscitam muitas incertezas. Alguns afirmam que a hegemonia americana está destinada a acabar. Isso se daria devido ao nacionalismo exacerbado que Trump instiga, e que proporciona lacunas para que outros países cresçam no contexto da geopolítica internacional, em detrimento dos EUA. A saída dos EUA de organizações multilaterais, por exemplo, possibilita um aumento de poder das nações que nelas permanecem.

Algumas das nações que emergiram ultimamente, em detrimento de um comportamento não-diplomático americano, foram China e Rússia, ambas membras do BRICS, que aumentam diariamente sua influência e poder no âmbito internacional. É válido ressaltar que existe uma tensão que não se pode ignorar entre os países mencionados, devido a conflitos geográficos espaciais.

O Brasil, por sua vez, como um outro membro dos BRICS, vive um difícil momento interno, o que é refletido na sua atuação externa. Contudo, deve-se relembrar que o BRICS é um mecanismo extremamente efetivo para que o Brasil venha a ter mais influência na política internacional.

A quarta palestra teve como assunto principal a “Política e Direito”, em que se debateu tendências e perspectivas dessa relação historicamente importante. Para isso, tivemos como base tanto a palestra de Pedro Dallari, como o texto de sua autoria, que tem como título “The Integration of the Law in a Politically Fragmented World”.

A própria interpretação do título do texto já pode trazer importantes conclusões. Para Pedro Dallari, a palavra capaz de designar o mundo contemporâneo é: fragmentação. Existe um quadro de fragmentação na ordem política, que não se reflete no Direito. Assim, contesta-se aquilo que há muito tempo se pensou: o Direito não é um mero reflexo da Política.

Há algum tempo verifica-se uma tendência à valorização dos direitos humanos por diversos países, o que proporciona uma homogeneização dos “diferentes direitos”, contando com regras de conduta uniformes. Assim, o ser humano passa a ter centralidade nos diferentes sistemas, o que engendra uma progressiva harmonização.

Portanto, essa progressiva harmonização do direito, que se dá por cópia e por influências, bem como o direito internacional levam à confirmação dessa tendência de uma ordem jurídica mais uniforme do que nunca antes.

O Direito Internacional, por sua vez, opera de duas formas diferentes: por meio de normas obrigatórias, e por meio daquilo que se chama de “soft law”. As normas obrigatórias são aquelas de ordem global, que se sobrepõem ao direito nacional, e que devem ser obedecidas pelas diferentes nações. Caso a ordem internacional verifique uma omissão em órgãos nacionais, esses casos de omissão são levados ao Tribunal Internacional, condenando o Estado, em último plano, por inadimplemento.

Já a soft law seria um conjunto de recomendações, que serviriam de referência, isto é, parâmetro aos direitos nacionais. Se diferenciam, pois, das normas obrigatórias na medida em que funcionam como mera recomendação, não sendo intrínseco à soft law o caráter de obrigatoriedade.

A quinta palestra, por sua vez, tratou de um tema extremamente importante para a contemporaneidade, e que é precursora de várias inovações e mudanças: a ciência. A palestra, ministrada por Carlos Henrique de Brito Cruz, debateu justamente as fronteiras da ciência, bem como seus impactos para a sociedade e para nosso tempo.

Antes de mais nada, é muito importante estabelecer alguns conceitos: ciência básica e ciência aplicada. A ciência básica é uma área que proporciona resultados mais difusos e menos palpáveis, como define o texto de Fabrício Marques. Dessa ciência chamada de básica, não se pode desvincular o conceito de ciência aplicada. É importantíssimo ressaltar que ambas andam juntas constantemente. A ciência aplicada seria aquela que resulta imediatamente em novos produtos e em novas tecnologias.

Diante disso, no texto de Fabrício Marques afirma-se que existe uma concepção de que os recursos destinados à ciência básica são muitas vezes vistos como uma “extravagância”, enquanto que aquilo que é destinado à ciência aplicada é visto como algo extremamente importante, já que traz retorno imediato e paupável à sociedade. Contudo, uma ciência depende da outra, e estão profundamente interligadas, não sendo possível resultados louváveis da ciência aplicada, sem que antes tenha havido investimento significativo no campo da ciência básica.

Sobre as fronteiras da ciência, vale ressaltar que o conhecimento é desafiado e motivado por três interesses, segundo Carlos Henrique Brito Cruz: o universo, e sua origem, sua composição, seu tamanho; a vida, a evolução, o ser humano; e, por fim, a sociedade, e tudo aquilo intrínseco a ela.

O conhecimento obtido diante dessas diferentes motivações apresentadas afeta a vida de todos, de maneira positiva e negativa. Não se pode esquecer que os conhecimentos adquiridos na atualidade são consequências de décadas de esforço científico.

Quanto aos impactos da ciência, é importante perceber que tais impactos abarcam diferentes âmbitos: o âmbito social, político, econômico, ambiental, cultural, organizacional, educacional, etc. Uma inovação pode impactar o âmbito social, na medida em que proporciona uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Engendra mudanças econômicas, na medida em que facilita ou dificuldade a produção de uma determinada mercadoria, por exemplo. Os impactos culturais poderiam ser verificados se ocorre uma mudança de hábito da sociedade devido a uma certa tecnologia. Vivemos em um mundo em que inovações surgem cotidianamente, engendrando todos esses impactos frequentemente. A ciência tem, portanto, papel central na contemporaneidade.

É válido destacar, ainda, uma ideia trazida já no fim do texto de Fabrício Marques, mas que merece ser enaltecida. Fala-se sobre a teoria de “Estado Empreendedor”, que é de autoria de Mariana Mazzucato. Para ela, o Estado é um agente extremamente importante para fomentar o conhecimento. Ao longo de sua teoria, ela se utiliza como exemplo frequente o Silicon Valley, nos EUA, para evidenciar que é o Estado que investe em áreas de elevado custo e risco, em uma ciência básica. Depois que o Estado obtém êxito nessas áreas, os particulares (as empresas) se interessam pela área, e, então, investem naquilo que seria a ciência aplicada.

Por fim, resta destacar alguns desafios científicos que foram enumerados, e que devem ainda ser enfrentados: a adaptação à mudanças climáticas, os impactos das mudanças ambientais na saúde humana, a urbanização e a vida nas cidades, como construir uma economia verde, dentre outros.

A sexta palestra, por sua vez, se preocupa em trazer alguns tendências demográficas e migrações do mundo contemporâneo, diante do turbilhão de mudanças tecnológicas e de relações facilitadas entre diversas partes do mundo. Isso tudo fomenta uma maior transição de pessoas entre países. Seria, contudo, essa transição, algo amplamente aceito? Quais são os problemas da migração, atualmente? E as tendências demográficas?

Não se pode falar de migração no século XXI, sem falar dos refugiados. Pessoas refugiadas são aquelas que saíram de seu local de origem temendo serem perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões públicas; ou que, se encontram fora do país no qual tinham sua residência habitual, e que não podem voltar a ele devido a um dos motivos anteriormente mencionados. O reconhecimento de condição de refugiado se dá por meio de um ato declaratório por parte de um Estado.

Os princípios basilares do refúgio são: o direito de buscar e receber asilo, a não discriminação, “non-refoulement”, acesso ao procedimento de asilo, não penalização pelo ingresso ou presença irregular, permanência no território, e o devido processo legal nos procedimentos de elegibilidade. Diante dos princípios enumerados, percebe-se que diversas partes do mundo não contam com todos eles, apesar de serem considerados basilares, e ainda que vários países recebam diariamente centenas de refugiados. Existem, pois, diversos desafios que ainda precisam ser enfrentados.

Essa migração forçada modifica de maneira significativa a demografia dos países, uma vez que 68,5 milhões de pessoas se deslocam forçosamente no mundo. É um número muito alto, e que não pode ser ignorado. Os impactos desses números para os países que recebem esses imigrantes é algo muito drástico, uma vez que nem todos os países estão preparados para receberem essa grande quantidade de pessoas. Isso muitas vezes engendra intolerância e falta de integração.

Existem, ainda, “mitos” acerca das migrações que foram citados pela palestrante Thais Silva Menezes, e que devem ser pontuados. É um mito crer que a maior parte dos refugiados provém de países subdesenvolvidos: 85% dos refugiados provém dos países em desenvolvimento. É também um mito crer que grande parte dos refugiados estão alocados nos interiores: 58% das pessoas refugiadas estão em áreas urbanas.

Assim, muito há de ser feito em relação às migrações, que são uma tendência acentuada do mundo contemporâneo. Existem desafios que devem ser enfrentados de maneira uniforme, e com a ajuda de organizações internacionais, capazes de agir nesse âmbito.

Por fim, resta falar da última e mais recente palestra, ministrada por Julyana Yokota, que trouxe um pouco das tendências econômicas e investimentos diretos no Brasil. Para isso, Juliana abordou três temas: o conceito de ratings, a aplicação de ratings no Brasil, e as finanças verdes.

Os ratings de crédito representam a qualidade de crédito de um devedor, ou a capacidade geral para honrar obrigações financeiras em relação a outros emissores. Para que essa qualidade ou essa capacidade seja avaliada, utiliza-se de avaliações acerca da governança, da sustentabilidade, a solidez dos três poderes, entre outros.

A aplicação de ratings avalia sempre as condições de investimento no país. Investimentos diretos e financiamentos são indispensáveis para a economia de uma nação. No Brasil, contudo, de acordo com Juliana Yokota, existe basicamente financiamento para empresas, fazendo com que o Brasil seja um país pouco “alavancado”.

Deve-se ressaltar que quanto mais baixo um rating, menor a capacidade de receber investimento de um país. Contudo, há de se ressaltar que, ainda que o Chile tenha um rating mais alto do que o do Brasil, o Brasil recebe mais investimentos, por possuir maior capacidade de absorver tal investimento.

Assim, um bom rating de crédito fomentaria um maior investimento direto no Brasil por parte dos investidores estrangeiros, que teriam mais segurança em investir no Brasil, por perceber uma alta capacidade do país em honrar obrigações financeiras. Atualmente, contudo, o Brasil tem baixa capacidade de pagamento.

Resta falar das finanças verdes, que são uma espécie de investimento direto, mas que tem como peculiaridade o comprometimento em investir em algo que seja sustentável. Esse tipo de investimento tem também como característica o fato de se ter uma preocupação a longo prazo, sendo também uma maneira de preparação para o futuro. Falar em finanças verdes é imprescindível para o contexto contemporâneo, em que lidamos cada vez mais com a escassez absoluta de recursos indispensáveis à vida. Pensar em soluções sustentáveis para os atuais problemas do mundo seria o caminho mais correto.

Diante de tudo o que fora abordado, torna-se evidente o quanto é importante pensar em riscos e tendências no mundo contemporâneo para uma governança efetiva e para uma economia responsável. Afinal, devemos lembrar que existem custos tanto para a ação, como para a inação, isto é, os custos que pagamos por não agir.

O exemplo da tragédia ambiental em Mariana, em 2015, é um excelente exemplo dos custos que pagamos por não agir. Em um contexto de escassez, a humanidade paga por erros cometidos por agentes que não estão preocupados em agir de maneira responsável diante do meio ambiente, que não consideram os direitos humanos em sua administração, que não estabelecem uma governança eficiente, e que não têm em mente os diversos riscos da contemporaneidade.